

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA X MUDANÇA ESTRUTURAL COM A AFIRMAÇÃO DA FRUTICULTURA EM SUBSTITUIÇÃO ÀS CULTURAS DE CICLO CURTO E A SUA REPERCUSSÃO NO NÍVEL DE RENDA DOS COLONOS IRRIGANTES EM PETROLINA – PE.

Lindalva Silva Correia¹

Luciano Galvão Freire Junior²

RESUMO

O espaço agrário brasileiro vivenciou nas últimas décadas, notadamente a partir dos anos 1960, mudanças significativas na sua esfera produtiva, visando ao aumento da produção e à produtividade das culturas. Tal modernização promoveu mudanças profundas na estrutura de classes sociais. O presente trabalho objetiva analisar o processo de modernização estrutural e suas repercussões no nível de renda dos colonos com a afirmação da fruticultura (culturas permanentes) em substituição a culturas de ciclo curto (culturas temporárias) e os requerimentos tecnológicos desse processo no ambiente produtivo dos pequenos produtores nos projetos irrigados de Bebedouro e Nilo Coelho ambos localizados em Petrolina – PE.

Palavras Chaves: Fruticultura. Culturas Temporárias. Modernização Agrícola. Pequena Produção.

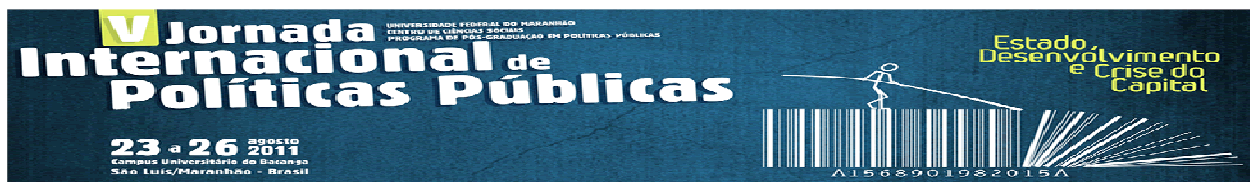
ABSTRACT

The Brazilian agrarian space experienced in recent decades, especially from the 1960s, significant changes in the productive sphere, aiming to increase production and productivity of crops. This modernization promoted profound changes in social class structure. This paper aims to analyze the process of structural modernization and its impact on the income level of the settlers with the statement of fruit (permanent crops) in place of short cycle crops (temporary crops) and technological requirements of this process in a productive environment for small producers in the projects of irrigation and Nilo Coelho Bebedouro both located in Petrolina - PE.

Keywords: Fruits. Temporary crops. Agricultural Modernization. Small Production.

¹ Mestre. Universidade Federal Rural de Pernambuco. lindacmaia@bol.com.br

² Mestre. Universidade Federal Rural de Pernambuco. lucianogalvao@yahoo.com.br



1. INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas no meio rural brasileiro na segunda metade do século XX promoveram modificações profundas não apenas na base técnica do circuito produtiva, mas também na redefinição da estrutura de classes sociais. Em se tratando da pequena produção, a ação governamental engendrou políticas que objetivavam transformar a lógica de camponeses tradicionais em pequenos empresários capitalizados e a transformação de alguns espaços produtivos tradicionais em pólos de desenvolvimento rural e atração de capitais. Assim, a cidade de Petrolina no estado de Pernambuco foi contemplada nesse projeto de modernização agrícola.

Nesse contexto de crescente penetração do capital na base produtiva da agricultura, mudanças na estrutura de classes se tornam inerentes ao processo, e essa mobilidade, nas posições dos diferentes atores sociais, determina um processo de diferenciação social entre os agentes produtivos. Nos perímetros irrigados na cidade de Petrolina, nos anos iniciais do projeto predominavam o sistema de colonato, em áreas de 6 a 10 hectares, com uma produção voltada para culturas tradicionais como feijão, melancia e milho. Os empresários ali existentes com maior conhecimento técnico e de mercado introduziram novas culturas com maior valor agregado como manga, uva de mesa, goiaba e outras, alterando aos poucos a face do Submédio São Francisco³, conduta que foi sendo aos poucos acompanhada pelos colonos. Assim, fica a seguinte indagação: Existe um processo de diferenciação socioeconômica que favorece as culturas permanentes em substituição às de ciclo curto?

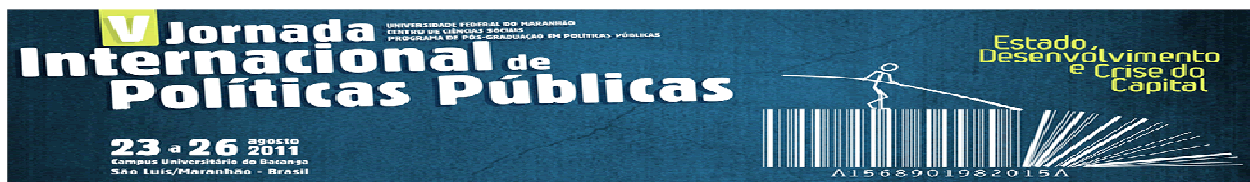
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. O processo de modernização da agricultura e seus efeitos na estrutura de classes sociais no campo.

O espaço agrário brasileiro vivenciou nas últimas décadas, mais notadamente a partir dos anos 1960, mudanças significativas na sua esfera produtiva, onde a passagem para uma agricultura com utilização crescente de insumos modernos⁴, visando ao aumento

³ VERGOLINO & VERGOLINO (1993).

⁴ A literatura a respeito da modernização agrícola é vasta. Para estudos minuciosos, ver: DELGADO (1985) MARTINE (1990) SORJ (1980) SILVA (1996; 1999) entre outros.



da produção e à produtividade das culturas, está inserida no processo mais geral de acumulação industrial adotado no país, pós-guerra.

Essas mudanças em curso provocaram uma nova configuração do padrão agrícola brasileiro, baseado na intensificação das trocas intersetoriais e numa complexidade de relações que o processo engendrou. As constantes inovações tecnológicas, que foram sendo introduzidas no espaço rural brasileiro, produziram repercussões profundas, não apenas na base técnica da produção, mas também nas relações de produção e, portanto, na redefinição da estrutura de classes.

SORJ (1980, p. 12), postula que o desenvolvimento do capital no campo acabou por promover:

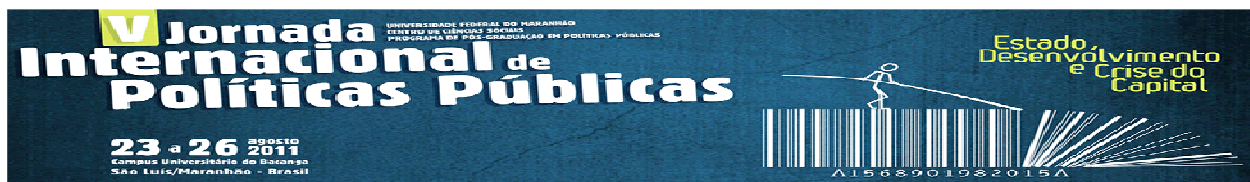
Uma transformação e diferenciação constante das características dos diferentes tipos de empresas agrícolas. Grande parte dos latifúndios se transforma em modernas empresas capitalistas, diferenciando-se cada vez mais dos antigos latifúndios assentados na exploração da renda do pequeno produtor. A pequena produção por sua vez ou é marginalizada ou se integra ao complexo agroindustrial, gerando uma camada de pequenos produtores capitalizados.

A partir da orientação do Estado, no sentido da integração das classes subordinadas do campo ao desenvolvimento geral da economia, é que se inicia claramente um processo de modernização de uma parcela de pequenos produtores familiares, tendo na política de irrigação um importante instrumento da modernização.

O Nordeste brasileiro foi palco de muitas políticas de desenvolvimento nas décadas de 1960/1980, como resultado de um padrão de acumulação voltado para o desenvolvimento interno da economia. Só a partir da década de 1960, a irrigação passa a ser vista como um instrumento tecnológico importante para desenvolver a agricultura no país e, mais notadamente, na região semiárida nordestina, onde o governo se constitui no grande impulsionador e sustentáculo desse processo. O Programa de Integração Nacional (PIN) foi instituído no I PND, e dentre as suas linhas de ações, contemplava o Plano de Irrigação do Nordeste, integrando o Plano Nacional de Irrigação (PNI), que seria “destinado ao aproveitamento dos vales úmidos e a elevação da produtividade da faixa semiárida para irrigar 40 mil hectares no período 1972/1974⁵”.

A irrigação, no Submédio São Francisco, através da intensificação do uso da terra, delineou uma configuração moderna de produção, alterando significativamente as relações sociais e econômicas conformadas até então, tendo como traços marcantes à recomposição da pauta produtiva, traduzida na retração de produtos de subsistência para a produção de cultivos comerciais de alto valor agregado.

⁵ Com base em SAMPAIO, et.all. (1979, p.53)



Até os anos 1980, a produção do Vale do São Francisco estava direcionada para os cultivos de ciclo curto, a exemplo do tomate, da cebola e melancia, com a produção voltada para o mercado interno (regional e nacional). As crises surgidas, nesse tipo de cultivo, abriram possibilidades de introdução de novos cultivares embasados na fruticultura, mais especialmente, na cultura da manga e uva, visando principalmente ao mercado externo. A maior abertura dos mercados, propiciados pela globalização econômica, aliada a uma mudança nos hábitos alimentares da população, estimulou um aumento no consumo de frutas frescas em todo o mundo, o que acabou proporcionando as condições básicas para a implantação da fruticultura na região.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

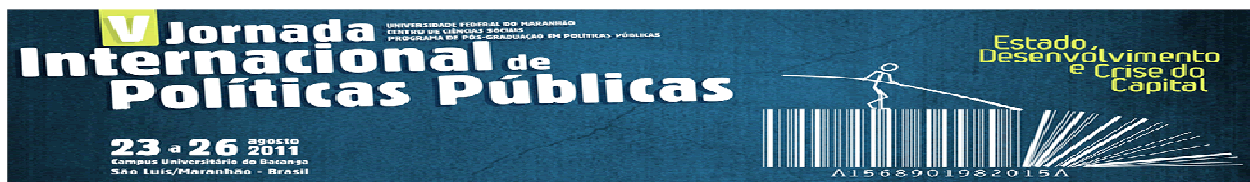
O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de campo que se desenvolveu junto aos pequenos produtores nos Perímetros Irrigados de Nilo Coelho e Bebedouro, ambos localizados no município de Petrolina, Estado de Pernambuco no ano de 2003.

Os instrumentos utilizados na pesquisa de campo foram aplicação direta de questionários aos produtores responsáveis pelo lote. Além dos questionários e entrevistas, foi coletado material complementar junto aos respectivos Distritos de Irrigação e as Instituições de Apoio, que serviram de suporte aos dados primários obtidos durante a pesquisa de campo. Especificamente para esse artigo, se utilizou dados secundários obtidos por ocasião da pesquisa de campo, com entrevistas e material disponibilizados nos Distritos de Irrigação e na Companhia de desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Da Concepção dos Projetos Irrigados no Semiárido Nordeste: casos dos Projetos Bebedouro e Nilo Coelho.

A ideologia dos governantes no contexto de modernização agrícola e busca de desenvolvimento regional foi fortalecida, pela concepção do Banco Mundial de “*erradicar a*



pobreza rural e fortalecer as economias das zonas semiáridas contra os efeitos das secas ou estiagens prolongadas⁶”.

Dessa forma, é que as cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) foram contempladas no projeto de desenvolvimento regional dos anos 1960. Assim, em “1963 a SUDENE instalou em Bebedouro a primeira estação experimental do semiárido em área representativa de latossolos⁷”. Os resultados daí obtidos proporcionaram, não apenas a criação do projeto Bebedouro em 1968, como também os resultados do estudo foram determinantes na implantação de outros projetos na região, pela viabilidade demonstrada na exploração de uma agricultura irrigada nesse espaço. O êxito do Projeto Bebedouro, com a demonstração da viabilidade econômica de algumas culturas na região irrigada, contribuiu para a constituição de novos perímetros irrigados, a exemplo do Projeto Nilo Coelho. A efetivação do projeto teria, como objetivos imediatos, proporcionar melhores condições de vida e de trabalho à sua população, com uma melhor qualidade de vida; racionalização e uso da água, concomitantemente a geração de emprego e renda para os trabalhadores diretos e indiretos.

4.2. Da Mudança das Culturas Anuais para Culturas Permanentes.

Nos primeiros anos de operação do projeto Bebedouro, o que predominava, eram as culturas de ciclo curto, a exemplo do tomate, feijão e milho, sendo, inclusive, uma imposição do pacote tecnológico. No entanto, com o passar do tempo, devido a problemas de altos riscos que as culturas foram apresentando, além da enorme suscetibilidade às oscilações de preço e mercado, foi-se delineando mudanças no quadro produtivo do perímetro.

O desenvolvimento da fruticultura na região de Petrolina surgiu aproximadamente em 1983 quando da inauguração do Projeto Nilo Coelho. Em 1983, a fruticultura já denotava os primeiros sinais de um negócio promissor, pelo fato de que as culturas permanentes mostravam-se mais rentáveis que as culturas anuais, além de serem menos suscetíveis às oscilações de mercado.

As empresas desenvolveram inicialmente um programa de fruticultura, e a tecnologia utilizada foi aos poucos sendo disseminada no segmento dos pequenos produtores, de forma que, em torno de cinco anos, o perfil agrícola do Vale do São Francisco encontrava-se

⁶ Cf. BNB/ETENE avaliação do PROHIDRO e do Programa de Irrigação citado por QUEIROZ (1993, p.2)

⁷ Cf. Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado de Bebedouro (DIPIB) citado no Jornal O Irrigante (1987:Ano I)

revertido. Assim, atualmente 90% do que se produz no Vale, é fruticultura, com ênfase na tecnologia, visando a produtos de primeira qualidade, ao aumento de competitividade e à ampliação dos mercados consumidores.

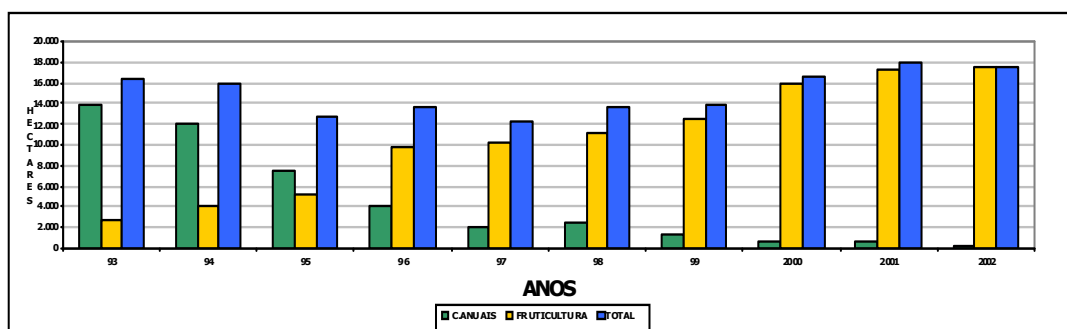
No Projeto Nilo Coelho inicialmente predominava as culturas de ciclo curto, que assim como o Projeto Bebedouro, a ênfase era dada à cultura do tomate. No entanto, os problemas ocasionados por doenças, pragas e, sobretudo, a baixa rentabilidade, desestimulou a continuidade dessas culturas; ao mesmo tempo, em que se buscava solução a partir da fruticultura, que se mostrava mais rentável por unidade de área (ha), de forma que já em 1996, o quadro produtivo do perímetro encontrava-se totalmente revertido, como pode ser observado no Gráfico 01 abaixo.

Ao analisar os dados do Gráfico 01, é possível observar a evolução no processo de transferência das culturas permanentes em relação às culturas anuais no perímetro Nilo Coelho. Fato semelhante ocorreu também no projeto Bebedouro.

Em 1993 havia, aproximadamente, quatorze mil (14.000) hectare plantado com culturas anuais. Já em 1996, esse número decresce para quatro mil (4.000) hectares, chegando ao ano 2002 com uma área plantada inexpressiva. As culturas permanentes, por sua vez, predominam no perímetro com aproximadamente 18.000 hectares plantados no ano 2002. As culturas anuais foram com o passar do tempo, perdendo importância econômica nos projetos. O sistema de comercialização também se mostrou perverso, sobretudo com a cultura do tomate, devido ao desenvolvimento de práticas oligopsônicas desenvolvidas pelas agroindústrias existentes na região, que permitiam muito mal a remuneração dos custos de produção. Esses fatores foram se somando a outros, de forma a acarretar uma grande diminuição na rentabilidade dessas culturas e, como consequência a busca de novas alternativas produtivas nos perímetros.

GRÁFICO 01

Evolução de Área Plantada por Tipo de Exploração

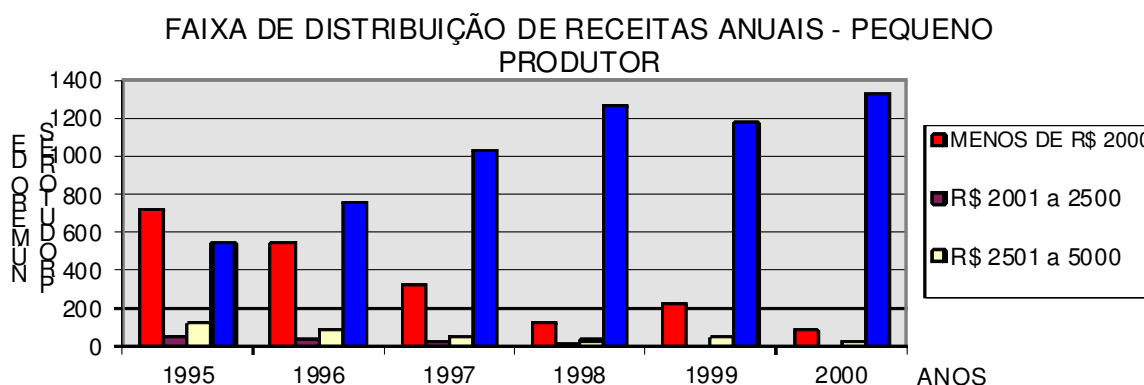


Fonte: Dados do Distrito de Irrigação do Projeto Senador Nilo Coelho (2002).

As transferências das culturas de ciclo curto para as culturas permanentes foram motivadas, principalmente, ao que tudo indica, pelo fator rentabilidade. Tal processo tem apontado em geral para uma elevação no nível de renda dos produtores que conseguem incorporar e gerir o novo pacote tecnológico exigido pela transferência das culturas, como pode ser observado nos dados do Gráfico 02 abaixo.

Com os dados do referido Gráfico, pode-se observar a evolução no rendimento dos pequenos produtores à medida que vão se transferindo de culturas anuais para culturas permanentes.

GRÁFICO 02



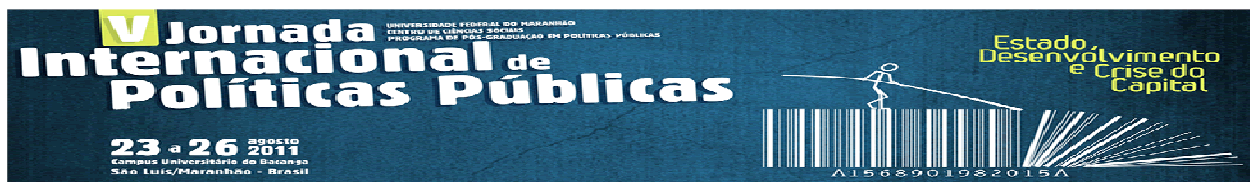
Fonte: DIPSNC (2002)

Verificando os dados acima é possível observar que, no decorrer de seis anos, a renda⁸ dos pequenos produtores do projeto Nilo Coelho foi acrescida em função do processo de transferência das culturas. No entanto, dentre as culturas permanentes, existe uma série de diversidades que norteiam o nível de capitalização do produtor. A rentabilidade das culturas é um aspecto diferencial entre os colonos posto que, as culturas mais rentáveis por unidade de área tendem a proporcionar maiores níveis de capitalização ao produtor, a exemplo da uva e da manga.

4. CONCLUSÃO

É sabido que a agricultura irrigada proporciona um aumento expressivo na produtividade das culturas, assim como no aumento do número de safras por ano, elevando

⁸ Por questões de formatação do trabalho não poderemos detalhar e quantificar a elevação no nível da renda dos colonos irrigantes com a adoção do pacote tecnológico da fruticultura.



dessa forma o rendimento dos produtores envolvidos. Foi demonstrado, no decorrer do trabalho, que houve um processo de transferência das culturas de ciclo curto (feijão, milho, melancia, tomate, e outros) para as culturas permanentes (manga, goiaba, uva, acerola, e outros) nos perímetros. Inicialmente, essa mudança foi implementada pelos empresários da região, sendo seguida pelos colonos, cujo principal condicionante foi à rentabilidade das culturas por unidade de área.

O processo de diferenciação de rendimento tende a nortear-se nesse aspecto pela adoção de novas tecnologias, visto que a cada ciclo de exigências do capital no processo produtivo estabelecem-se novas configurações na estrutura de classes sociais, onde os produtores, que conseguem se adequar, incorporar e administrar os novos pacotes tecnológicos participa do processo e tendem a ascender socialmente. Os que não conseguem, vão se proletarizando, o que não significa na maioria dos casos uma completa expropriação dos meios de produção; mas, um retrocesso enquanto produtor frente ao processo de acumulação de capital no campo. Outros aspectos⁹ também são indicadores de aceleração ou diminuição desse processo, a exemplo da disponibilidade de assumir riscos, de tomar atitude antecipadas, de buscar alternativas de crédito, de saber a hora de mudar de uma cultura para outra - visto que mesmo entre as culturas permanentes, há períodos de ascensão e declínio, colocados principalmente, pela relação custo-benefício das culturas.

5. REFERÊNCIAS

A Cartilha do Perímetro Senador Nilo Coelho. Série Cadernos Pedagógicos. Dipsnc/Codevasf, Petrolina, 2001.

DELGADO, Nelson Giordano. Políticas Econômicas, Ajuste Externo e Agricultura. In: Leite, Sérgio (org.). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001. pp. 15-52.

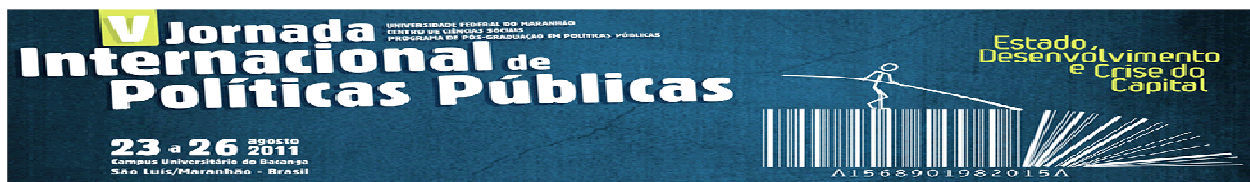
MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. Planejamento e Políticas Públicas, n. 3, jun.1990, p. 3-44.

SILVA, J. G. da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. – Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1996.

WILKINSON, Jonh. O Estado, A Agroindústria E A Pequena Produção. HUCITEC. Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola – CEPA – BA. São Paulo – Salvador, 1986.

O IRRIGANTE, Jornal do. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF – vinculado ao Ministério da Agricultura. N. 26 – Brasília, março de 1989 – Ano III.

⁹ Esses aspectos poderão ser apresentados em outra oportunidade.



QUEIROZ, C. de N. O Processo de Construção da Pequena Produção (familiar) Modernizada – (o caso do perímetro irrigado de São Gonçalo – PB). Dissertação de Mestrado em Economia Rural e Regional. Universidade Federal da Paraíba, Campus II. Campina Grande, 1993.

SORJ, B. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1980. pp.152.

VERGOLINO, T. B. O. ; VERGOLINO, J. R. O. Relações de Trabalho e Condições de Vida dos Trabalhadores na Agricultura Irrigada do Submédio São Francisco. UFPE – PIMES, 1993.